

VINTE ANOS DE ARQUEOLOGIA NA ALCÁÇOVA DE SANTARÉM: BALANÇO DE RESULTADOS E PERSPECTIVAS DE FUTURO

ANA MARGARIDA ARRUDA*
CATARINA VIEGAS*

1. Introdução

Desde 1983, que extensos e prolongados trabalhos arqueológicos têm decorrido, de forma sistemática, na Alcáçova de Santarém. Esses trabalhos permitiram recolher um apreciável conjunto de dados sobre a ocupação humana deste local, de que gostaríamos de realçar, desde já, a sua longa diacronia. São também esses mesmos dados que possibilitam afirmar que a antropização do sítio ocorreu no início do I milénio a C., e que as ocupações romana e islâmica foram igualmente intensas. No planalto onde se ergueu a Alcáçova medieval, a vivência urbana manteve-se até à actualidade, fazendo hoje o local parte de uma freguesia da cidade de Santarém.

Os elementos recolhidos durante os quase 20 anos de trabalho de campo tornaram possível o esclarecimento de numerosas questões, até há pouco tempo problemáticas, nomeadamente a própria localização de *Scallabis*. Os dados que a arqueologia disponibilizou sobre a ocupação romana do sítio não deixam dúvidas sobre o facto de podermos, sem

* Professoras na Faculdade de Letras de Lisboa

hesitação, situar aqui, a colónia romana que Plínio mencionou como sede de um dos três *conventus iuridicus* da Lusitânia.

A Alcáçova de Santarém implanta-se num alto planalto sobranceiro ao rio, bem destacado na paisagem. Possui um amplo domínio visual e uma grande defensabilidade natural. Possui actualmente 4.5 ha., mas pensamos ser possível considerar que, na Antiguidade, a sua extensão era maior. Sabemos que as vertentes do planalto estão, desde há muito, em acelerado processo de erosão, o que origina a instabilidade das suas encostas e o seu contínuo esboroamento. Algumas estruturas de época romana localizadas nessas mesmas vertentes, associadas aos acontecimentos do Inverno de 2001 (forte deslizamento de terras na encosta virada a Alfange e queda da muralha na vertente Norte) concorrem no sentido da formulação desta hipótese.

A Alcáçova de Santarém integra hoje uma das freguesias urbana da cidade, em cuja área se implanta um jardim municipal, Jardim das Portas do Sol, e várias construções de tipo habitacional e religioso, para além, naturalmente, da rede viária urbana.

2. Os trabalhos arqueológicos

As escavações arqueológicas na Alcáçova de Santarém iniciaram-se em 1979, com a realização de uma pequena sondagem levada a efeito pela Associação para o Estudo, Defesa e Valorização do Património Histórico e Cultural de Santarém.

Entre 1983 e 1990, decorreram oito campanhas de trabalhos arqueológicos neste sítio, incidindo, então, os trabalhos na zona ocupada pelo Jardim, e, em 1992-3, foram efectuadas escavações no interior da Igreja de Santa Maria da Alcáçova.

Em 1994 e 1995, e em 1997 e 1998, por solicitação da autarquia, várias sondagens, mais ou menos amplas e disseminadas por várias áreas, foram realizadas, concretamente em: Largo da Alcáçova 3-5; Avenida 5 de Outubro nº 9; Largo da Alcáçova; Jardim das Portas do Sol; área anexa ao Restaurante do Jardim das Portas do Sol. Estes trabalhos, e ao contrário do que sucedeu com os da década de 80, tiveram características iminentemente preventivas, uma vez que se destinavam a minorar os

impactes negativos sobre o património arqueológico que obras de várias naturezas iriam provocar.

O projecto de construção de um parque de estacionamento na zona ocupada pelos viveiros do Jardim implicou também a escavação de uma ampla área, escavação que decorreu em 1999 e 2000, tendo, em 2001, os trabalhos prosseguido no local onde se prevê o alargamento da cozinha do Restaurante das Portas do Sol.

O conjunto das intervenções arqueológicas que decorreram na Alcáçova de Santarém é pois já muito amplo, totalizando a área escavada 1750.m², sendo a informação disponível também de apreciável dimensão. Os resultados têm vindo a ser divulgados, havendo já numerosa bibliografia sobre vários aspectos da ocupação humana da Alcáçova (Almeida e Arruda, no prelo; Antunes, 2000; Arruda, 1993; 1999-2000, 2003, Arruda e Almeida, 1998; 1999; 2001; Arruda e Catarino, 1982; Arruda e Viegas, 1999; 2000, 2002 a, 2002b, 2002c, 2002d; Viegas, 2003; Viegas, no prelo; Viegas e Arruda, 1999).

Os trabalhos da década de 80 do século XX e os do início do presente século enquadraram-se num projecto de investigação que, aprovado pelo Instituto Português de Arqueologia, se denominou «A Alcáçova de Santarém durante a Idade do ferro e época romana» (PALCAS). Subsidiado pelo referido Instituto, foi ainda apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, tendo a autarquia contribuído para o seu desenvolvimento com financiamentos vários.

Com este projecto, pretendíamos estudar a antropização do planalto da Alcáçova de Santarém durante a Antiguidade em múltiplas vertentes. Não se tratava apenas de definir conteúdos temporais e tipológicos para os vários níveis arqueológicos identificados ou para os materiais neles recolhidos, mas também, e sobretudo, tentar compreender como os habitantes do sítio efectivamente viveram, como se relacionaram com o território envolvente, e de que se constituía e como evoluiu a sua dieta alimentar ao longo dos quase 2000 anos de ocupação. Assim, valorizaram-se os estudos faunísticos, antropológicos e carpológicos, não se tendo, contudo, desdenhado os conteúdos artefactuais. Foram tratadas milhares de peças, que se inventariaram, desenharam, classificaram e estudaram quanto à cronologia, origem e significado. Toda a fauna recolhida, desde a Idade do Ferro à Idade Média foi alvo de estudo, o que permitiu

averiguar a origem das proteínas animais que compuseram as refeições dos habitantes da Alcáçova ao longo dos séculos da sua ocupação. As espécies vegetais cultivadas puderam ser conhecidas através das análises das sementes recolhidas nos diversos níveis arqueológicos escavados, de cronologia variada.

O desenvolvimento e a concretização do projecto tornou possível, portanto, traçar um perfil relativamente coerente e lógico do quadro do desenvolvimento do sítio ao longo da diacronia da sua ocupação numa multiplicidade de aspectos.

Como já atrás se mencionou, todo este trabalho tem vindo a ser divulgado à comunidade científica nacional e internacional, tendo parecido importante que o público não especializado, nacional e escalabitano, fosse também informado do trabalho desenvolvido no mítico lugar «Jardim das Portas do Sol». Assim, os contactos que a Câmara Municipal iniciou com o Museu Nacional de Arqueologia, no sentido de realizar uma exposição onde os materiais recolhidos ao longo dos vinte anos de trabalhos de campo fossem expostos, foram acolhidos com agrado pelas responsáveis científicas do projecto, que imediatamente se disponibilizaram para prestar toda a colaboração a esta iniciativa.

Deste modo, e juntamente com a dra. Maria José de Almeida, então arqueóloga da Câmara Municipal, comissariaram a referida exposição, tendo sido também responsáveis pela organização do catálogo, no qual colaboraram com diversos textos e numerosas fichas descritivas dos materiais.

As dificuldades inerentes a qualquer escavação em área urbana colocam-se também, naturalmente, na Alcáçova de Santarém. As limitações do meio urbano, e ainda as circunstâncias em que decorreram grande parte das escavações da década de 90 (sondagens, cujas áreas foram determinadas pela própria natureza preventiva dos trabalhos), nem sempre facilitaram as análises espaciais e as leituras horizontais.

Por outro lado, a longa diacronia do sítio é em grande parte responsável pelas limitações com que nos confrontamos no momento de analisar o modo como se processou a ocupação do espaço ao longo dos séculos. De facto, a ocupação islâmica da Alcáçova de Santarém interferiu, por vezes drasticamente, com os testemunhos anteriores. Os silos subterrâneos, datáveis do período islâmico, foram abertos no calcário de base, o que obrigou os seus construtores a perfurar, e por vezes mesmo a

remover, a totalidade dos níveis arqueológicos anteriores. Tal situação implicou a destruição de parte apreciável de muros pertencentes a paredes de edifícios, o que justifica o desaparecimento de uma parte considerável da malha urbana sidérica e romana, que, em certos casos, só é reconstituível a partir do que foi poupado pelas «destruições» islâmicas. Também as construções de época moderna e contemporânea provocaram fortes danos nas construções antigas, para além de limitarem as áreas passíveis de serem intervencionadas.

No entanto, os trabalhos arqueológicos permitiram a identificação e caracterização da ocupação humana da Alcáçova ao longo da diacronia, estando hoje relativamente bem definidas as sequências ocupacionais, e a evolução das técnicas construtivas e do urbanismo sidérico e romano. Afinal, e apesar de todas as limitações, a intervenção humana no local pode ser analisada e as distintas abordagens daquele espaço pelos diversos agentes que nele interferiram puderam ser equacionadas e caracterizadas, mesmo tendo consciência que muitos aspectos dos modelos de ocupação do espaço permanecem ainda obscuros.

3. A Idade do Ferro

As escavações arqueológicas que têm decorrido na Alcáçova de Santarém permitiram obter um conhecimento relativamente aprofundado sobre a sua ocupação durante a Idade do Ferro.

Em primeiro lugar, importa destacar que toda a extensão do Planalto foi ocupada a partir do início do I milénio a.C. De facto, em todas as áreas intervencionadas, que se estendem por toda a Alcáçova, foi possível escavar níveis correspondentes à ocupação sidérica. A superfície de pelo menos os actuais 4.5 ha. foi, na totalidade, alvo de construções, cujos vestígios puderam ser registados durante os trabalhos de campo.

É também imprescindível começar por referir que a presença de navegadores fenícios no estuário do Tejo influenciou decisivamente a ocupação sidérica da região em geral, e do sítio, em particular. De facto, a ocupação da Idade do Ferro do Planalto da Alcáçova está profundamente enraizada na colonização fenícia ocidental, estando o espólio recolhido imbuído de um profundo orientalismo, quer em termos

formais e decorativos, quer funcionais, características que não podem ser interpretadas no quadro de um processo local ou regional. Torna-se também necessário dizer que as influências orientais chegaram ao local num momento relativamente precoce da colonização fenícia do Ocidente, facto atestado não só pelas morfologias de algumas cerâmicas, como também pelas datações radiométricas obtidas para o início da ocupação da Idade do Ferro.

No início do I milénio a.C., populações com origem na faixa sírio/palestina fundaram colónias na região do estreito de Gibraltar. Essa instalação de populações exógenas na área meridional da Península Ibérica está bem atestada do ponto de vista arqueológico, e as datações que a arqueometria tem proporcionado fornecem contornos, cada vez mais nítidos, às informações dos textos clássicos sobre a colonização fenícia do Extremo Ocidente. Se a cronologia que podemos inferir da leitura dos autores clássicos para a fundação de Gadir (século XII a.C.) é ainda demasiado recuada frente aos dados arqueológicos, o facto é que no território da actual cidade de Cádiz e ainda na orla mediterrânea a ocidente do Estreito de Gibraltar são múltiplos os testemunhos de uma colonização fenícia em larga escala, cujo início pôde ser datado, pelo carbono 14, entre o final do século X e o início do século IX a.C..

Os dados que as escavações arqueológicas no território actualmente português forneceram permitiram verificar que, pelo menos a partir dos finais do século IX a.C., os fenícios instalados na região de Cádiz iniciam contactos sistemáticos com outros territórios e alcançam a fachada ocidental portuguesa. Tudo indica que o estuário do Tejo terá sido o local pioneiro desses contactos. De facto, é de Santarém e do Claustro da Sé de Lisboa que são provenientes os mais antigos materiais que podem relacionar-se com as viagens que os fenícios ocidentais efectuaram ao ocidente da Península Ibérica, a partir do final do século IX a.C.

Na Alcáçova de Santarém, muitos são os elementos que confirmam esta situação, não havendo dúvidas sobre a precocidade e a intensidade das relações estabelecidas entre o baixo vale do Tejo e os imigrantes levantinos.

A Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém está, realmente, imbuída de um profundo orientalismo, orientalismo esse consubstanciado num conjunto artefactual muito característico e em técnicas de construção específicas do mundo oriental.

Nos trabalhos de campo, recolheram-se milhares de fragmentos cerâmicos cuja tecnologia, morfologia e decoração evidenciam o seu carácter exógeno (Arruda, 1993;1999-2000). A cerâmica de engobe vermelho, a cerâmica pintada, a cerâmica cinzenta e as ânforas não podem ser lidas no contexto de uma qualquer evolução local. Encontradas em grandes quantidades nos níveis inferiores da Alcáçova, revelam evidentes afinidades com os espólios das colónias fenícias do litoral meridional espanhol, onde têm os seus melhores paralelos.

É importante destacar que a totalidade destes produtos era fabricada a torno, parecendo claro que, pelo menos na região, a introdução da roda de oleiro pode ser atribuída aos fenícios. A cobertura de alguns vasos cerâmicos por um engobe espesso, de cor vermelha e que adquire, por polimento ao torno, um aspecto acetinado é também uma inovação a ter em conta nesta discussão, bem como aliás as morfologias dos vasos que receberam esse mesmo engobe. Trata-se, maioritariamente, de pratos de bordo muito largo e ainda taças carenadas, cuja presença deve traduzir novos hábitos alimentares. Os chamados *pithoi* (vasos de grandes dimensões, fechados, com duas ou quatro asas, muito possivelmente destinados ao armazenamento) são outra das formas cerâmicas que ajudam a desenhar o quadro das relações da Alcáçova de Santarém com os colonos fenícios peninsulares. Trata-se de vasos cujo modelo se deve procurar no Mediterrâneo Oriental, e que ocorrem, exclusivamente, em áreas em que a colonização está atestada, nomeadamente em Cartago, Ibiza, Sicília Ocidental, Sardenha e, na região de Cádiz. No caso dos *pithoi* de Santarém, a sua decoração, pintada em bandas vermelhas e negras, associada à morfologia e à tecnologia utilizada no seu fabrico (o torno), facilita o seu enquadramento no universo mediterrâneo.

As ânforas dos níveis sidéricos *scallabitanos* mostram que os produtos alimentares foram importados das colónias fenícias da região de Cádiz, o que evidencia o nível de relações entre as duas áreas.

A Alcáçova de Santarém ofereceu ainda artefactos cerâmicos directamente relacionados com a prática da actividade metalúrgica. Trata-se de recipientes destinados à preparação de copelas que indicam que a metalurgia da prata foi praticada no local.

As dificuldades a que fizemos alusão no ponto anterior, não facilitam a análise das primeiras ocupações humanas, tendo, como é óbvio, sido

essas as mais atingidas pelas construções posteriores. No entanto, o que sobreviveu aos edifícios romanos e aos silos medievais permite algumas interpretações.

Ficou claro que nos edifícios sidéricos, de planta rectangular, se recorreu, preferencialmente, à terra como material construtivo. Os dados recolhidos mostram que as paredes das estruturas habitacionais eram de tijolos de adobe, tendo, também, ficado evidenciado que essas paredes se alçaram sobre alicerces construídos com pedras ligadas por argila. Foi também a argila que se usou para impermeabilizar a cobertura vegetal dessas estruturas habitacionais e ainda a ela recorreram os habitantes da Alcáçova pré-romana para construir muitos dos pisos que as pavimentavam.

Ainda quanto a técnicas de construção, pudemos constatar que, nos momentos mais tardios da Idade do Ferro, a taipa foi também utilizada, e que o calcário moído se usou igualmente na feitura de pavimentos.

Pode ainda acrescentar-se que a extensa área ocupada e os numerosos materiais recolhidos deixam antever uma população numerosa, que foi já estimada em cerca de 1000 habitantes (Arruda, 1999-2000), o que certamente implicava um amplo território de exploração de recursos alimentares.

4. A época romana

Datam do século II a .C. os primeiros materiais que podemos relacionar com a presença romana na região. Algumas ânforas e cerâmicas de mesa (Arruda e Almeida, 1998; no prelo) permitem pensar que as tropas de Décimo Júnio Bruto, estabelecidas em 138 a C. em *Moron*, possibilitaram a aquisição de alguns bens de consumo.

Mas é já no decorrer do século I a.C. que a Alcáçova é palco de profundas alterações estruturais decorrentes do estabelecimento, no local, de romanos.

Em primeiro lugar, é nítida uma clara alteração no traçado urbano, alteração essa evidenciada pela nova orientação que as estruturas adquirem. Por outro lado, o corte radical com a vivência anterior ficou demonstrada pela reconstrução total, tendo as habitações anteriores sido abandonadas. É uma nova cidade que é então construída, havendo dados

que permitem datar esse momento do segundo quartel do século I a.C. Relacionar esta «revolução» urbana com a fundação do *praesidium iulium scallabis* por Júlio César em 61 a.C. parece fundamentado.

Apesar de, em muitas das áreas escavadas entre 1983 e 1998 (no Jardim, na Avenida 5 de Outubro nº 19, junto ao templo romano), muros datados do final do período republicano terem sido postos a descoberto, foi na área dos viveiros, escavada em 1999 e 2000, que as paredes desta época foram identificadas numa ampla extensão.

Como já atrás referimos, nesse local reuniram-se, pela primeira vez, as condições necessárias para uma escavação de dimensão considerável, o que determinou uma opção metodológica que privilegiasse também as análises horizontais. Assim, a escavação em área aberta realizada permitiu observar uma sequência de ocupação e edificação sucessivamente remodelada e reconstruída desde o final da Idade do Ferro, até à época islâmica.

Parece importante começar por lembrar que, nesta área, verificámos que se regista uma ruptura e reorientação do traçado das habitações do Final da Idade do Ferro relativamente ao início da ocupação romana. Pelo contrário, desde o período tardo republicano até meados do séc. IV/V, as alterações que se verificam não produziram qualquer alteração na orientação das habitações, mas demonstram uma sucessão de construções e remodelações bastante significativa. As diferentes fases construtivas identificadas são marcadas, não só por alterações no interior dos espaços domésticos, mas também na relação destes com os possíveis arruamentos ou áreas exteriores. A interpretação e datação proposta para as diferentes fases de construção e remodelação, ainda que preliminar, baseia-se na leitura da estratigrafia e nos dados fornecidos pelas cerâmicas finas, nomeadamente pela *terra sigillata*.

Assim, ao período tardo-republicano pertencem edifícios definidos por um conjunto de compartimentos de planta rectangular, de função ainda difícil de determinar, mas que, no entanto, podem corresponder a habitações. A Sul, identificou-se o que se julga ser um arruamento ou uma área exterior.

Em torno aos finais do último quartel do séc. I a.C., e até meados da centúria seguinte, toda a área construída sofreu um processo contínuo de remodelações. Algumas paredes deixaram de estar em utilização, sendo

outras alteadas, definindo-se mesmo novos compartimentos e espaços. No final de um longo processo de sucessivas remodelações, assistiu-se à construção de uma fachada porticada com a implantação de um conjunto de 4 colunas junto à fachada Sul dos edifícios, sobre a possível rua.

Em finais do séc. I ou inícios do séc. II d.C. e até meados desse século, procedeu-se ao re-arranjo de parte dos edifícios anteriores, verificando-se, o abandono de muitos dos compartimentos. A nova organização do espaço habitacional passou ainda pela construção de novas divisões.

Quanto às técnicas construtivas, e na edificação das paredes tardo republicanas e início do império verificou-se a construção de alicerces de pedras, ligadas por terra argilosa. As habitações seriam construídas com tijolos de adobe que se colocavam sobre estes alicerces, de que se recolheram alguns exemplares.

Já em época alto imperial, mas num momento que não é possível precisar com exactidão, um reboco de argamassa de cal e areia, por vezes mesmo de estuque, passou a revestir as paredes que eram, já então, totalmente construídas em alvenaria.

Ao nível dos pavimentos, a solução mais comum parece ter sido a dos pisos de terra batida, com finas camadas de argila compactada, apesar de o calcário moído ter permanecido como solução adoptada. De meados ou finais do séc. I d. C., conservou-se parte de um pavimento de *opus signinum*.

Os fragmentos de *tegulae e imbrices*, que formavam os telhados romanos e que, foram, igualmente, quando fragmentados, reutilizados na construção de muros e paredes são abundantes. De assinalar a presença de diversos tijolos de quadrante, de diferentes dimensões, alguns deles encontrados *in situ*, relacionados com construções que julgamos poder datar do séc. II. Tijolos de quadrante de grande diâmetro, encontrados fora do seu contexto original, poderão, eventualmente, ter pertencido a colunas de um edifício público, localizado em área próxima.

Nos níveis superiores escavados na área dos Viveiros dos Jardins, existiam também paredes que correspondem ao período tardo-romano (finais do séc. IV- séc. V). Não permitem qualquer leitura ao nível da sua planimetria e caracterizavam-se por terem sido construídos, essencialmente, com cerâmica de construção reaproveitada.

Noutras áreas da Alcáçova, muitas outras construções de época

ao Lago do Jardim das Portas do Sol que apresentava uma construção de silhares bem aparelhados e revestimento por estuque pintado; do conjunto de cisternas existente junto à vertente da Alcáçova virada a Alfange; de uma construção romana de um possível edifício público; e, finalmente, do templo romano.

O muro detectado numa sondagem junto ao Lago do Jardim apresentava como característica dissonante relativamente às estruturas descritas anteriormente, o facto de ter sido construído com blocos de pedra aparelhados ligados por forte argamassa, e a presença de estuque pintado.

Os trabalhos arqueológicos que incidiram sobre a cisterna permitiram verificar que se trata de um conjunto de pelo menos quatro depósitos inter-comunicantes, conservando-se ainda dois. Um destes está hoje visível e corre perigo de derrocada a qualquer momento, não tendo sido possível, até ao momento, e apesar dos esforços da CMS, que as diferentes instituições que gerem o património nacional se colocassem de acordo quanto à sua conservação e restauro. O segundo depósito não foi escavado pois encontra-se parcialmente sob a muralha medieval.

Toda esta construção, foi escavada na rocha de base calcária, encontrando-se hoje num local de grande instabilidade devido aos constantes desabamentos de terras das vertentes da Alcáçova. O depósito visível apresenta planta rectangular, com paredes que conservam cerca de 4 m de altura. É ainda visível o arranque do tecto que seria em abóboda de berço. A parede Sul detém três aberturas que permitiam que a água circulasse para o depósito adjacente. Todo o interior foi revestido a *opus signinum* e regista meia cana no ângulos das paredes e na ligação destas ao pavimento. Sensivelmente ao centro deste depósito existe uma pequena depressão circular que constitui o tanque de limpeza. Julgamos poder associar a esta cisterna, um pequeno tanque, situado cerca de 30 m para norte, igualmente escavado na rocha e revestido por *opus signinum*. Esta construção integra-se no tipo de cisternas com compartimentos paralelos inter-comunicantes, presente em alguns locais do Império Romano, não sendo possível, no entanto, saber-se, para o caso de Santarém, se a origem da água seria pluvial, de nascente existente no local ou conduzida de outra zona da Alcáçova. A determinação da cronologia desta estrutura é problemática. A cisterna encontra-se escavada na rocha e o conjunto de

materiais que fossem elucidativos do ponto de vista da datação do seu abandono. No entanto, a cronologia de estruturas adjacentes a esta construção possibilitam afirmar que, pelo menos no séc. II, as cisternas estariam ainda em funcionamento. Quanto à função deste depósito, uma das hipóteses é que tenha servido para o abastecimento de água às termas públicas da *Scallabis* romana, eventualmente localizadas a norte desta área. Até ao momento, não existem vestígios directos da existência deste complexo de *balnea*, mas o aparecimento de um estrigilo nas escavações dos Viveiros dos Jardins constitui um indicador indirecto da sua proximidade.

Para terminar, resta ainda referir a existência do podium do templo romano, estrutura com características peculiares. De salientar que esta construção se localiza na zona da Alcáçova que deve ter recebido grande parte dos edifícios públicos da cidade sede do conventos jurídico. O facto de se encontrar a uma cota bastante elevada, pode levar-nos a supor que vestígios de outros edifícios romanos possam ter sido integrados no edificado actual desta área da Alcáçova.

O templo romano de *Scallabis* foi descoberto na sequência dos trabalhos de arqueologia preventiva, efectuados, entre os finais de 1994 e 1996, no Largo da Alcáçova 3-5, e um estudo desenvolvido foi já publicado (Arruda e Viegas, 1999).

O *podium* do templo é a mais significativa das construções romanas encontradas, até ao momento, na Alcáçova de Santarém, pelo que mereceu ser classificado como Monumento Nacional. É maciço, apresenta planta quadrangular, e foi construído em *opus caementicium*, revestido, nas fachadas, por pedras bem aparelhadas ou simplesmente afeiçoadas. Mede 15,45 m., no sentido Este/Oeste e 15,25 m., no sentido Norte/Sul. Estas medidas correspondem a 51X52 pés romanos.

A sua fachada melhor conservada (Sul) possui uma altura máxima de 4,50 m, considerando a medida até à rocha de base, registando-se o mesmo valor na fachada virada a Oeste. As fachadas Norte e Este apresentam-se em pior estado de conservação, registando alturas de 4,20 m e 1,90 m respectivamente.

O *podium* foi construído sobre a rocha base, a qual foi, possivelmente, afeiçoada para o efeito. A marcação dos cantos do *podium* foi feita com

A fachada virada a Sul, a melhor conservada, possuía ainda toda a base construída com sillhares aparelhados e ainda conservava parte da parede que, elevando-se desde a base do topo do *podium*, definia o recinto do templo, propriamente dito, ou seja a *cella*.

Na fachada Este, que foi a que maiores estragos registou devido à construção, no século XIX, de um picadeiro, identificou-se o que pensamos ser a base da escadaria de acesso ao *podium*. Faz dele parte integrante, não ocupando, contudo, a totalidade desta fachada, uma vez que se encontra destruída no seu topo norte. A parte central do topo do *podium* foi igualmente destruída por uma cisterna que data do séc. XVIII.

Os dados disponíveis possibilitam que avancemos com a hipótese de o templo romano de *Scallabis* ter sido construído entre os momentos finais da república e os inícios do principado de Augusto, tendo sido utilizado, enquanto lugar de culto, durante toda a ocupação romana.

Não podemos deixar de chamar a atenção para o facto de os templos quadrangulares serem, no contexto da arquitectura religiosa romana, considerados antigos. Efectivamente, existem dois edifícios cultuais, de planta quadrangular que pensamos poderem constituir bons paralelos para o templo romano de *Scallabis*. Trata-se de construções pré-augustanas, com escassos vestígios conservados de complexos arquitectónicos mais amplos, e que serão, numa fase posterior, integrados nos *fora* imperiais. Referimo-nos, ao chamado Templo B de Ortona (Itália) e ao templo de Sagunto (Espanha).

A localização do templo de *Scallabis*, junto à encosta virada para a actual Ribeira de Santarém, confere-lhe uma posição de elevado significado cénico, e permite enquadrar este edifício junto de importantes eixos de penetração no centro urbano antigo.

A cronologia fornecida pelos materiais encontrados nos níveis subjacentes ao podium do templo é compatível com a data tradicionalmente atribuída ao acampamento militar que, durante o pretorado de César na Ulterior, foi erguido em Santarém. De facto, tanto as ânforas, como as lucernas e a cerâmica campaniense são enquadráveis no período tardo republicano, podendo-se-lhes atribuir uma data de 61/60 a.C.

Estes dados, associados aos que o espólio recolhido nas camadas correspondentes à construção do *podium*, indicam que este foi construído entre a saída de César da Península Ibérica, em 48 a.C., após as guerras

a.C.. Os materiais que, mesmo de forma arriscada, pudemos associar a essa construção, permitem encarar esta proposta com alguma segurança. Foi num momento indeterminado desses 21 anos, que se construiu o templo *scallabitano*, havendo, contudo, alguns indícios no espólio recolhido, que nos forcem a inclinar para a datação mais baixa.

Por outro lado, e neste mesmo contexto, parece importante referir a extrema importância que Santarém adquire no início do principado de Augusto. Com efeito, os trabalhos arqueológicos têm vindo a demonstrar que o último quartel do século I a.C. corresponde a uma época em que se assiste a uma importante renovação urbana. As importações são muito numerosas, e os centros exportadores e os produtos são múltiplos. Também a numismática contribui para acentuar a relevância de Scallabis durante os últimos anos do I milénio a.C., parecendo importante referir aqui que as cunhagens da ceca itinerante do legado de Augusto P. Carisius dominam no conteúdo do inventário das moedas romanas recolhidas na Alcáçova, o que aliás contribui também para acentuar o carácter militar do início da ocupação romana de *Scallabis*.

A alta cronologia que atribuímos à construção do templo de *Scallabis* impede-nos de considerar que ele se destinava ao culto imperial, apesar da sua localização e implantação, num lugar alto e sobre um rio, frequentemente alvo de cheias intensas, o sugerir.

Não é impossível pensar que, à semelhança de muitos outros templos quadrangulares, o templo de *Scallabis* fosse um capitólio, atribuição que somos obrigados a deixar em aberto, dada a absoluta falta de dados, epigráficos ou iconográficos, que elucidem o assunto.

A intervenção arqueológica preventiva efectuada na Igreja de Santa Maria de Alcáçova em 1992, na sequência de obras programadas pela D.G.E.M.N., permitiu a identificação, na sua capela-mor, de uma construção romana de alvenaria de pedra e argamassa de boa qualidade. Apesar da área escavada ser muito reduzida, esta estrutura, que se pode datar de época romana alto imperial, apresenta contrafortagem no seu interior e poderá ter pertencido a um edifício público de função ainda desconhecida. Apenas se encontrou o topo deste edifício desconhecendo-se a sua verdadeira dimensão.

Da cidade romana tardia, paleocristã ou visigótica, pouco ou nada se

VI no local, estes não se encontram associados a qualquer estrutura.

São dezenas de milhares os materiais arqueológicos de época romana que pudemos recolher durante os trabalhos de campo. Nesta breve apresentação torna-se impossível descrever ou falar com o necessário detalhe a seu propósito. Mas parece indispensável deixar registado que, para além do bom estado de conservação da grande maioria, este espólio integra:

1. cerâmicas de vários tipos e cronologias e funcionalidades
2. objectos de adorno, concretamente fibulas, contas de colar de vidro, alfinetes de cabelo anéis e ainda um strigillo, artefacto utilizado nos banhos,
3. bronzes e ferros vários entre os quais destacamos duas arnelas de sítula, um símpulo em bronze e uma enxada.

A instalação de militares no planalto da alcáçova está bem documentada através de uma quantidade apreciável de objectos que podem relacionar-se com a actividade bélica, nomeadamente: lanças, projecteis em pedra, glandes de chumbo e alguns numismas que sabemos foram cunhados com o propósito explícito de os pagamentos às tropas.

Documentando a fiação e a tecelagem foram recolhidos vários artefactos: separadores de tear, pesos de tear, agulhas e fusaiolas

5. Medieval /islâmico

Voltamos a possuir alguns dados sobre a ocupação da Alcáçova, a partir da ocupação islâmica, conhecendo-se, nomeadamente através de registo escrito, a importância que o local adquire, no quadro da expansão islâmica no Vale do Tejo. Não obstante, os dados arqueológicos relacionáveis com o urbanismo da Alcáçova muçulmana são praticamente inexistentes. De facto, e como já foi mencionado, as estruturas mais significativas deste período são o conjunto de fossas ou silos islâmicos que se encontram, com maior ou menor intensidade, um pouco por toda a área da Alcáçova. Trata-se de estruturas de abertura quase sempre circular podendo apresentar perfis com alguma variedade. Estando a sua função

silos encontrar-se-iam associados às habitações muçulmanas, das quais, no entanto, nada resta. Aliás, a escavação destes silos ou fossas permitiu verificar que estas estruturas foram, a partir dos momentos finais da ocupação islâmica, utilizados como lixeiras, estando o seu interior preenchido com restos de lixos domésticos, parecendo evidente que a função original foi abandonada.

Não podemos deixar de estranhar a ausência de qualquer registo sobre o urbanismo islâmico da Alcáçova e, sobretudo dos edifícios que caracterizam as Alcáçovas islâmicas, nomeadamente as instalações militares e a área palatina. No entanto, a percibibilidade dos materiais utilizados nas construções das primeira, e a possibilidade de a área palatina poder ter sido, pelo menos parcialmente, utilizada pelos ocupantes cristãos poderá justificar esta ausência. As sucessivas remodelações desses edifícios poderá ter conduzido à ocultação das características iniciais dos mesmos, desfocando a leitura sobre a Alcáçova islâmica. Neste contexto, não podemos concluir sem referir que as casas localizadas no Largo da Alcáçova n.º 1 e 2 são, habitualmente, e com base na documentação escrita, identificadas com os palácios de D. Afonso Henriques.

São também muito numerosos os restos artefactuais encontrados durante as escavações, alguns dos quais pela sua raridade devem desde já ser mencionados. O candelabro arquitectónico datado do século X é uma peça de excepcional qualidade e a sua presença em Santarém contribuiu para aumentar o escasso conjunto conhecido mundialmente.

As cerâmicas são o material mais abundantemente recolhido, sejam vidradas, decoradas a corda seca e verde e manganês ou comuns. Destinam-se ao serviço de mesa, a utilização na cozinha e outras actividades domésticas.

6. Perspectivas de futuro

O conhecimento que está hoje disponível sobre a ocupação humana antiga de Santarém é, como se vê, de dimensão considerável. Deve ainda chamar-se a atenção para o numerosíssimo espólio que pode ser recolhido. Este, para além de, maioritariamente, se encontrar em excelente estado de conservação é também bastante diversificado, tanto do ponto de vista

arqueológicas postas a descoberto, em 1999 e 2000 na área dos viveiros do Jardim, fornecem importantes informações sobre o urbanismo de época romana, apresentando uma leitura horizontal bastante nítida do ponto de vista arquitectural.

Deste modo, e independentemente da publicação final dos resultados que temos neste momento em preparação na forma de um livro monográfico, pensamos que se torna indispensável que os escalabitanos e quem visita a cidade tenham o direito de fruir de um importante pedaço da história da cidade, que além do mais resultou de esforço pessoal de uma larga equipa e de investimentos financeiros, apesar de tudo, consideráveis, quer da administração central como autárquica. Parece-nos pois indispensável que as peças arqueológicas retiradas do sub-solo sejam expostas a título definitivo numa estrutura museológica que as enquadre, proteja e divulgue junto do público em geral e também dos especialistas. A sua permanência na reserva municipal não deverá, na nossa perspectiva, perpetuar-se, parecendo-nos que a mostra exibida no Museu Nacional de Arqueologia e a que se prepara para a Igreja da Graça, sendo importantes, não esgotam o problema. É necessário afirmar, com frontalidade, que Santarém, capital de Distrito não dispõe de uma qualquer estrutura museológica. Não parece pois disparatado propor que, atendendo ao desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos e do esforço que se realizou na conservação e restauro de muitas peças destinadas à exposição temporária, que o projecto de um verdadeiro Museu arqueológico em Santarém faça parte das prioridades dos poderes públicos, locais e centrais.

No âmbito do Plano de Salvaguarda para a reabilitação e valorização da Alcáçova e do Alporão, faria todo o sentido a conservação e valorização das ruínas postas a descoberto na área dos viveiro, no interior da Igreja de Santa Maria da Alcáçova e das fossas de época islâmica junto à barreira virada a Alfange.

Outras medidas deveriam ser ainda implementadas tais como:

1. criação de percursos que incluíssem o templo romano e as cisternas;
2. pequena sala de exposição junto ao restaurante das Portas do Sol;
3. valorização de troços das muralhas e respectivas portas tal como a do Sol e a de Santiago.